

Privação de Liberdade na justiça juvenil em Portugal: da reeducação do “menor” à “educação para o direito”



Maria João Leote Carvalho

Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade
Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL)

O primeiro olhar

7 de outubro de 1987, manhã

Instituto de Reeducação Padre António de Oliveira (IPAO), Caxias

Saí da estação de comboios de Caxias e segui a pé na direção da Igreja da Cartuxa. Estava no segundo ano de serviço como professora primária no Ministério da Educação e tinha sido colocada na véspera no IPAO, via concurso, para substituir uma colega em licença de maternidade.¹ Cheguei ao portão do Largo da Cartuxa e tentei saber se estava no sítio certo...

Na primeira porta que vi aberta, um funcionário organizava produtos hortícolas da instituição para venda. Recebeu-me afavelmente e ligou para o pavilhão residencial, ao lado da escola, pedindo que um Monitor de serviço me viesse buscar. Teria de sair da zona do Convento da Cartuxa —, onde se localizavam vários serviços do IPAO (direção, sectores administrativo e pedagógico, biblioteca, lavandaria, arrecadações, entre outros) e funcionava uma escola do 2º e 3º ciclo do ensino básico aberta à comunidade —, e dirigir-me para a colina oposta, do outro lado de uma estrada nacional e com várias

¹ Este texto tem origem em projeto de investigação da autora apoiado pela FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia através de Bolsa individual de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/116119/2016) com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POCH — Programa Operacional do Capital Humano, e por fundos nacionais do MCTES — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

estradas regionais pelo meio, onde se encontrava a escola, o refeitório e os cinco pavilhões que acolhiam os jovens, sem qualquer muro, gradeamento ou proteção que delimitasse o espaço da instituição. Na altura, mais de 100 rapazes, entre os 12 e os 18 anos, oriundos de todos os pontos do país estavam ali internados. A cada um correspondia um número, pelo qual eram conhecidos e respondiam; um número que se tornava parte da sua identidade no percurso institucional.

No caminho até à escola, orientada pelo Monitor, começo a perceber a vasta área que o IPAO ocupava, com instalações dispersas por vários espaços, parte das quais com elevado interesse histórico, como o Convento – um dos dois conventos da Ordem dos Cartuxos no país – e a Quinta Real com os jardins do Paço Real de Caxias. Uma característica comum à maioria dos outros institutos de reeducação, como São Fiel (Louriçal do Campo), Corpus Christi (Vila Nova de Gaia), São Domingos de Benfica (Lisboa), São Bernardino (Peninche) e Santa Clara (Vila do Conde). Todos em funcionamento, à época, em edifícios adaptados para a função de *reeducação de menores* a partir da ocupação de um património muito rico do ponto de vista cultural que estivera abandonado, nomeadamente na sequência da extinção das ordens religiosas em Portugal.

Deixámos para trás o Largo da Cartuxa e fomos passando pelos pavilhões das Oficinas (sapataria, eletricidade, marcenaria, carpintaria, encadernação, tipografia, serralharia civil e mecânica) e pela vacaria. Vi jovens e Mestres com batas ou macacos coloridos, de cor diferente em função do ofício em aprendizagem.

Sáimos desta zona e atravessámos a estrada nacional seguindo por um caminho que serpenteava entre os vários pavilhões até chegarmos ao último, no topo da colina, ligado por um telheiro à escola, com uma vista excepcional sobre o rio Tejo e a Estrada Marginal. Nesse dia não havia aulas, uma vez que as professoras estavam num encontro de formação, em Lisboa, no âmbito do Projecto Minerva², uma iniciativa inovadora em que o IPAO participou integrando a rede coordenada pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa..

² Entre 1985 e 1994, o *Projecto Minerva- Meios Informáticos no Ensino Racionalização Valorização Actualização* foi executado pelo Ministério da Educação, tendo por objetivo promover

Fui então apresentada a Monitores, à Técnica e a alguns dos jovens que se encontravam neste pavilhão, o dos mais novos, distribuídos por grandes camaratas e salas em dois pisos, cada um com um longo corredor. Existia ainda uma zona separada com dois quartos, designados por *celas* pelos jovens, para cumprimento de medidas que, na atual Lei Tutelar Educativa, correspondem ao *isolamento cautelar*... ainda que, à data, não existisse a regulamentação para este efeito como agora acontece. Aqui sentia-se o peso da privação de liberdade e a imagem do gradeamento de ferro nas janelas destes quartos distinguia-os dos restantes.

Fiquei surpreendida ao ser informada que as refeições eram tomadas num outro edifício, distante deste pavilhão, para onde os jovens, Monitores e Técnicos se deslocavam a pé umas centenas de metros, seguindo por entre o arvoredo, e tinham de atravessar uma estrada regional que servia de acesso a habitações no topo da colina, muito perto do Estabelecimento Prisional de Caxias. Isto aplicava-se aos cinco pavilhões existentes e todos os dias o cenário repetia-se várias vezes, fizesse chuva, frio ou sol. Independentemente das condições climatéricas, este percurso tinha de ser feito para qualquer das refeições. Uma peculiaridade, entre outras, num estabelecimento de reeducação para *menores*, o mais antigo no país,³ completamente aberto e atravessado, por todos os lados, por quem quisesse vir de fora... ou dali sair!

Da reeducação do “menor” à “educação para o direito”

Cerca de 30 anos passam sobre o retrato com que iniciámos este texto e que recorda o meu primeiro contacto com o sistema de justiça juvenil, no

a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação TIC) nas escolas do ensino básico e secundário. Constituiu uma iniciativa pioneira no país da qual resultaram importantes contributos para a génese dos programas que se seguiram nas últimas décadas nesta área.

³ Trata-se da mais antiga instituição do país de internamento de jovens que praticaram factos qualificados pela lei penal como crime (*Casa de Correção e da Reforma de Lisboa*, em 1871, mudada para o Convento da Cartuxa em 1903) cuja designação sofreu alterações ao longo dos tempos correspondendo atualmente ao Centro Educativo Padre António de Oliveira, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Ministério da Justiça.

qual venho a intervir desde então.⁴ Traços de caracterização de um sistema e instituições que do propósito da *reeducação de menores*, na década de 1980, passaram a destacar o *acolhimento, educação e formação*, nos anos de 1990, e são enquadradas pela orientação *tutelar educativa*, sustentada no objetivo da *educação para o direito*, desde a entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa (LTE), em 1 de janeiro de 2001.

Uma evolução significativa, num relativamente curto período de tempo, que remete o retrato apresentado para um passado aparentemente mais longínquo do que é na realidade. Durante décadas, e apesar das profundas mudanças ocorridas no país, o sistema de justiça juvenil manteve-se profundamente enraizado num modelo de proteção, que pode ser rastreado até à primeira lei específica em matéria de proteção das crianças publicada em 1911. É difícil não esquecer como os *institutos de reeducação* serviram, até final do século XX, para acolher, indiferenciadamente e sem os recursos humanos e materiais necessários, crianças e jovens para os quais não havia resposta noutros sistemas, incluindo condições tão diversas como vitimação, desvio ou prática de delinquência. Muitos permanecendo internados até atingir a maioridade civil (18 anos) e alguns até sem contacto direto com as autoridades judiciais.

A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança por Portugal, em 1990, apoiou a necessidade da sua implementação, o que levou a uma avaliação mais ampla e a uma profunda reflexão crítica sobre a eficácia e as limitações do modelo existente num processo que, no sector da justiça, foi amplamente participado envolvendo os mais diversos intervenientes. Uma prática sustentada que valorizou a tomada de decisão e se reflectiu positivamente na operacionalização dos novos procedimentos. O sistema português

⁴ Até 2003, como professora e em funções de coordenação de projetos e programas educacionais na instituição. Paralelamente, ao ter de trabalhar num contexto tão específico e desafiante como o IPAO, senti a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o sistema e a população internada e comecei a desenvolver, em paralelo, um percurso como investigadora na área da sociologia que conduziu à realização de Especialização na área das Crianças em Risco Socioeducacional e, posteriormente, a Mestrado e Doutoramento em Sociologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

de justiça juvenil diferencia-se da maioria dos sistemas de outros países da União Europeia ao dar menos importância ao facto praticado do que à necessidade de o jovem ser educado sobre os valores fundamentais da comunidade que foram violados pelo ato ilícito. É, por isso, considerado como uma terceira via, entre um modelo de proteção e um modelo penal ou punitivo. A tendência para a punição, com base numa orientação de tolerância zero, tem crescido na Europa, mas não em Portugal.

Ao contrário do que aconteceu até 2001, presentemente a privação de liberdade só é admitida para um restrito número de casos e os critérios em que assenta a tomada de decisão da medida pelo tribunal dependem não só das necessidades dos jovens, avaliadas previamente por avaliação social, psicológica ou perícia, mas também da gravidade das infrações cometidas em correspondência à moldura definida no Código Penal. Uma evolução notável do ponto de vista da salvaguarda das garantias processuais que coloca a legislação portuguesa na vanguarda a nível internacional.

Durante a realização do Mestrado em Sociologia,⁵ a ausência de dados oficiais que permitissem uma leitura mais abrangente do ponto de vista sociológico sobre os percursos dos jovens internados no sistema – um problema que persiste na atual estatística oficial e que constitui das maiores limitações à investigação neste campo – levou-me a optar por recolher informação da totalidade do universo, o que me deu a oportunidade de conhecer as 14 instituições que, à data (2000), existiam no país. Uma experiência que guardo profundamente e que me permitiu conhecer o quotidiano em todas as equipas e aprofundar o conhecimento sobre a transição entre a Organização Tutelar de Menores e a Lei Tutelar Educativa.

Um sistema marcado por várias idiossincrasias sendo uma das mais relevantes a inadequação dos edifícios e espaços à função de reeducação prevista na OTM, situação agravada pela degradação decorrente da continuada falta de investimento do Estado nesta área durante décadas; porventura em função de uma certa ideia de *menoridade* atribuída à justiça juvenil que, partindo

⁵ Carvalho, M.J.L. (2003), *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta Editora. Tese disponível em <http://hdl.handle.net/10362/20088>

da concepção de *menor* (o jovem), acabava por se ver refletida no apoio às instituições. Às direções e equipas institucionais era exigido um esforço acrescido de criatividade na tentativa de se proporcionar aos jovens um ambiente funcional. A gestão de património cultural, histórico e religioso, de inestimável valor, constituía uma tarefa suplementar sem que existissem os recursos humanos e materiais necessários. Crianças e jovens retirados da família, muitas das quais com fracas condições habitacionais, que da parte da resposta do Estado encontravam, muitas vezes, nos institutos de reeducação condições de habitabilidade no mínimo questionáveis.

Tantas vezes, no IPAO, desenvolveram-se estratégias de remediação com os jovens no sentido de dar um pouco mais de dignidade aos espaços recorrendo a diversas atividades, como a de reproduzir as suas imagens de perfil pintando-as em determinadas paredes ou de tapar buracos nos corredores com decorações feitas em papel. Impossível também esquecer o segundo piso de um dos claustros do convento em São Fiel, sem condições de ser utilizado, sem janelas tendo sido colocados no seu lugar estrados de madeira (de camas antigas), pintados de cores vivas, para que a degradação fosse atenuada... Ou como no Convento de Santa Clara foi impedida a construção quando se intentou a criação de quartos desdobrando as grandes camaras existentes para que os jovens pudessem usufruir de maior privacidade; Convento este que se encontra há anos ao abandono, sendo recorrente as notícias na comunicação social que dão conta de novos danos e problemas graves associados à acentuada deterioriação que o atinge.

Se é verdade que a gestão do património histórico e do espaço levantava grandes problemas em Caxias, por outro lado, potenciou a abertura da instituição à comunidade servindo de palco privilegiado para a realização de inúmeras iniciativas de carácter diverso (musical, cultural, religioso, educativo, social, desportivo, etc.) que promoveram o fortalecimento dos laços e relações entre profissionais, não só da instituição como do sistema e comunidade, e proporcionaram aos jovens oportunidades de participação em eventos a que de outra forma dificilmente teriam acesso. Formas de um sistema se abrir e dar a conhecer, de ir além do estigma que o marca e de trazer quem está de fora para dentro. Importantes passos de experimentação

e inovação pedagógica que se estendiam aos outros institutos e que são, desde a sua fundação, factores regularmente presentes na evolução da justiça juvenil em Portugal.

Os jovens internados não são, naturalmente, um grupo homogéneo; contudo, tendem a apresentar um conjunto de certas características sociais e pessoais comuns que, em parte decorre também da natureza seletiva da própria ação judicial. O IPAO, que deve o seu nome a um dos principais impulsionadores da implementação de uma justiça de menores diferenciada da justiça penal em Portugal – Padre António de Oliveira –, no final do século XX caracterizava-se por ser uma instituição de *última linha*, acolhendo sobretudo casos complexos de delinquência, orientação que se acentuou ao longo da década de 1990. Os jovens com trajetórias delinquentes mais graves que entravam no sistema eram tendencialmente acolhidos em três instituições: o IPAO, em Caxias; Vila Fernando, em Elvas; e Mondego, na Guarda. Não raras vezes, na sequência de conflitos graves e violentos com pares ou adultos, às vezes até com a pressão de familiares e dos seus grupos junto das instituições que funcionavam num regime totalmente aberto assentes numa visão de massificação da intervenção de proteção estabelecida no início do século XX, acabavam por ser transferidos de uma para outra até à sua saída do sistema.

A violência e conflitualidade grave de uma parte dos jovens é um facto que ganhou especial incidência na segunda metade da década de 1990 e foi crescendo crescendo à medida que o quadro legislativo de então se revelava ineficaz para o estabelecimento de respostas adequadas aos graves problemas vividos nas instituições e comunidades. Só o trabalho em equipa, sustentado num processo de permanente reflexão crítica e o investimento pessoal e profissional de todos, permitiu evitar consequências mais graves quando os conflitos eclodiam.

A estigmatização é uma realidade que afeta não só os jovens internados, mas toda a estrutura sociojurídica associada e os profissionais que nela intervêm. Preconceitos e estereótipos permanecem e enviesam a discussão pública sobre esta matéria. É uma área em que a gestão de sentimentos e emoções, conforme os contornos de cada caso, se revela de difícil equilíbrio. Alguns jovens facilmente passam de um discurso de vitimação (dos sistemas

sociais vigentes) ao de onnipotência e arrogância com que se vangloriam das suas práticas. Outros tendem a exercer um certo fascínio sobre os seus interlocutores no espaço público que geralmente acedem ao problema da delinquência por via indireta. O alongamento da condição de jovem nas sociedades contemporâneas e os maiores constrangimentos na transição para a vida adulta estão associados a profundas mudanças sociais nas formas como se vive a condição de jovem pelo que questões tradicionais, como as da educação e formação, adquirem agora outras roupagens e exigem novas respostas fundamentadas em evidência científica que, na atualidade, à semelhança do que aconteceu no início do século XX, o sistema tenta implementar.

O desafio maior que se coloca aos Centros Educativos é o de educar para a autonomia em contexto de privação dessa condição pela regulação permanente da vida institucional. O desenvolvimento positivo dos jovens deve constituir-se como uma diretriz institucional. Esta opção revela a importância de estabelecer relações significativas e positivas com os outros, tanto os pares como os adultos, dentro e fora da instituição. Os jovens internados nos Centros Educativos não podem ser vistos numa perspetiva redutora de meros utentes de um serviço pois crescem e desenvolvem-se no sistema. Assim se percebe como alguns dos jovens com quem trabalhei no IPAO foram decisivos na realização da investigação do Doutoramento em bairros sociais onde os mesmos, agora adultos, residiam vindo a constituir-se como informantes privilegiados. O reconhecimento social que alguns granjeavam entre a população residente constituiu uma mais-valia no estabelecimento dos contactos e proporcionou-me uma maior segurança, funcionando como um cartão-de-visita que assegurou a necessária protecção em função da problemática que constituiu o objeto de estudo: a delinquência na infância.⁶

É, pois, determinante perceber que a equipa técnica e todos os intervenientes não são completamente neutros: as suas ações estão ancoradas num quadro de valores existenciais e quem intervém deve ser ética e socialmente

⁶ Carvalho, M.J.L. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>

comprometido com o impacto e os resultados produzidos. Supervisão adequada e formação especializada são condições fundamentais mas, perante a complexidade da população acolhida, é crucial pensar como se cuida das pessoas que são o sistema, em especial os que estão *na linha da frente*. São questões que não são exclusivas deste sistema, mas que em Centro Educativo adquirem uma maior importância pelos contornos decorrentes de se tratar de um contexto onde a privação de liberdade de jovens com trajetórias desviantes graves e violentas é a realidade, o que exige a realização de intervenções especializadas. A segurança tem de ser uma prioridade, mas isso nem sempre parece ser bem entendido por quem está fora do sistema desvalorizando-se o passado recente, em especial as graves ocorrências na década de 1990.

Para quem chega agora a esta área, talvez seja difícil ter a noção exata da evolução do paradigma da intervenção em contexto de privação de liberdade no âmbito da execução de medidas de justiça juvenil num relativamente curto espaço de tempo e faltam estudos mais aprofundados que possam ajudar a compreender melhor as mudanças efetuadas e as reais necessidades do sistema. A evolução não é linear nem isenta de problemas e os cortes orçamentais na justiça juvenil nos últimos anos, a par da opção política pela fusão da Direção-Geral de Reinserção Social com os Serviços Prisionais numa nova Direção Geral, levam a questionar se os recursos e equipamentos afetados ao sistema são adequados e se todas as respostas dadas, desde a base da pirâmide da intervenção com as forças policiais, ao topo da mesma através da tomada de decisão pelos Tribunais, estão a sê-lo de modo atempado, efetivo e eficaz. Um dos maiores desafios que se coloca aos responsáveis pela intervenção no terreno é manter a autonomia e identidade próprias, características fundamentais na aplicação do Direito das Crianças e dos Jovens, e muito em particular, da Lei Tutelar Educativa, no seio de uma entidade de vasta dimensão e complexidade como é a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Os propósitos de concretização do objetivo de 'educação para o direito', que a lei preconiza, exigem um esforço permanente acrescido para que, perante as necessidades, se salvguarde a integridade da área tutelar educativa evitando o risco de a mesma ser subalternizada perante outras áreas e funções do sistema.